

EDITORIAL

Apresentação

A **ex æquo** é uma publicação anual, fundada pela Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres (APEM), com o objectivo de contribuir para o desenvolvimento, visibilização e legitimação do conhecimento produzido no âmbito dos estudos sobre as mulheres. É um veículo de intercâmbio entre quem faz investigação sob a égide das perspectivas dos estudos sobre as mulheres, quer o seu âmbito seja o académico, o governamental ou o das organizações cívicas e culturais.

A APEM procura deste modo criar um fórum em que todas as pessoas interessadas nas problemáticas associadas às relações sociais de sexo possam trocar ideias, conhecimentos e criatividade. Constituem-se nas preocupações fundamentais desta iniciativa fazer circular a informação e o conhecimento, contribuir para os debates das principais questões que afectam a sociedade portuguesa e quebrar o isolamento de quem desenvolve uma actividade institucionalmente desapojada. Escreve-se e publica-se em nome de um sentimento de pertença, por isso, esperamos que a **ex æquo** se transforme no enquadramento colectivo desejável para a discussão das opções teóricas, analíticas e pedagógicas com que se defronta a *praxis* pedagógica e de pesquisa nos estudos sobre as mulheres.

Porquê **ex æquo**? Tratando-se de uma expressão frequentemente usada no contexto de provas e concursos para traduzir a situação de igualdade de desempenho entre candidatos em igualdade de circunstâncias, ela transmite, quanto a nós, uma imagem precisa do tipo de projecto editorial por que nos batemos — um projecto que contribua para uma sociedade pautada pelos princípios da igualdade de oportunidades e de resultados entre mulheres e homens. Não importa que mulheres e homens adoptem estratégias e metodologias diferenciadas, o que importa é que os resultados por eles alcançados sejam considerados de igual valor e merecedores do mesmo lugar no pódio.

A opção pela manutenção da referência aos estudos sobre as mulheres justifica-se, para além das razões pragmáticas decorrentes da designação da associação, porque entendemos que é uma designação que continua a ser eficaz no desafio à hegemonia intelectual masculina e que evita a falsa imagem de homogeneidade de perspectivas em geral associada ao feminismo. A expressão estudos sobre as mulheres transporta, de facto, uma conotação de pluralidade de abordagens, que é um dos principais pilares em que assenta o projecto da **ex æquo**.

Justificação do projecto

Apesar de os estudos sobre as mulheres se terem desenvolvido primordialmente nas Ciências Sociais e Humanas, enquanto área temática têm-se expandido a todos

os domínios científicos e a perspectiva das relações sociais de sexo enforma cada vez mais todas as disciplinas. Interdisciplinaridade e diversidade são características importantes do perfil da *ex æquo*. Por isso insistimos em ser interdisciplinares e multidisciplinares. Promoveremos problemáticas definidas quer inter quer mono-disciplinarmente. Como associação multidisciplinar, assumimos que a diversidade se tem vindo a firmar como uma característica fundamental dos estudos sobre as mulheres. Diversidade não só disciplinar ou temática, mas também de perspectivas — nenhuma corrente se pretende hoje como única intérprete dos interesses das mulheres. Apostamos, assim, na capacidade da *ex æquo* para mostrar que a produção científica baseada na perspectiva das relações sociais de sexo toca todos os aspectos da vida académica, social, cultural e política e representa um importante contributo para o desenvolvimento das diversas disciplinas.

É fácil encontrar ilustrações destas mudanças nos mais variados domínios. No campo das ciências sociais e humanas, o cânone convencional das várias disciplinas tem vindo a ser posto em causa de forma decisiva e irreparável. A história, escrita por homens, que esqueceu as mulheres e os seus espaços de intervenção, a filosofia, expressão do totalitarismo masculino, foi cimentando uma antropologia que assimilou as mulheres a uma secundaridade ética e ontológica, a antropologia e a sociologia, que tomaram a família como lugar de expressões afectivas, a economia, que se baseou na separação entre produção e reprodução, a ciência política, que ignorou a exclusão das mulheres dos direitos de cidadania, viram as suas estruturas conceptuais serem postas em causa pela interrogação dos movimentos das mulheres surgidos no pós-guerra e dos estudos sobre as mulheres, que com eles mantêm uma ligação cúmplice e heurística. A própria divisão de trabalho entre as disciplinas foi profundamente abalada, o que é notório em disciplinas como a sociologia do trabalho e a sociologia da família, por exemplo. Concomitantemente, grande parte dos textos canónicos perderam este estatuto tanto nos estudos literários como nos estudos culturais de uma forma mais lata. Também nas ciências da Saúde se reconhece finalmente que o corpo feminino, e não apenas o aparelho reprodutivo feminino, é devedor de uma abordagem específica.

O aparecimento da *ex æquo* constitui sem dúvida mais um sinal de que os estudos sobre as mulheres se desenvolvem independentemente de qualquer estratégia institucional nesse sentido. Continuamos sem graus académicos em estudos sobre as mulheres (com excepção do Mestrado na Universidade Aberta), sem departamentos ou institutos, mas é um facto incontornável que quer o ensino quer especialmente a investigação nesta área interdisciplinar têm conhecido um surto visível tanto nas cadeiras, sobretudo optativas, que vão surgindo em diversos *curricula*, como nas teses de mestrado e de doutoramento que se vão realizando ao abrigo dos mais diversos nichos disciplinares. O ensino, quando surge, é em geral na base do voluntarismo individual de docentes e em sobrecarga com a sua distribuição normal. As estruturas de investigação têm-se mostrado mais flexíveis e permeáveis a projectos de natureza interdisciplinar. A departamentalização disciplinar que caracteriza a estrutura das universidades tem-se mostrado mais hostil.

Como acontece noutros domínios, também nos estudos sobre as mulheres se regista o papel nefasto do centralismo do Estado e da débil mobilização da sociedade civil no nosso país. O Estado centralizador permanece o árbitro do jogo através das subvenções e a fraqueza e a falta de autonomia real das associações não governamentais impedem-nas de introduzirem problemáticas sociais alternativas às impostas pelo exercício do poder político. Ora, o centralismo do Estado só pode ser benéfico, como o mostra a experiência da Holanda, por exemplo, quando existe uma pressão forte vinda de grupos organizados. O sistema universitário, tendencialmente visto como o meio de nidificação mais favorável, tem-se revelado, na verdade, um obstáculo ao desenvolvimento dos estudos sobre as mulheres, como o mostra a comparação das experiências de 17 países europeus elaborada no âmbito do Projecto SIGMA tal como foi apresentada em 1995. Razão tinha Virginia Woolf quando nos *Three Guineas* verteu o seu cepticismo relativamente à capacidade de mudança das universidades, emendando o optimismo que perpassava no *A Room of One's Own*. O que não deixa de ser paradoxal. O lugar da crítica e da inovação, por excelência, não passa afinal do lugar da "ciência normal", como já há muito foi diagnosticado por Kuhn.

Até muito recentemente o modo centralizado da organização universitária, que obrigava à autorização ministerial para toda e qualquer alteração curricular por mínima que fosse, fez com que o imobilismo se instalasse e as oportunidades para o surgimento de cadeiras e cursos novos fossem escassas. O ambiente protegido de qualquer concorrência que tem presidido à actividade universitária em Portugal é também extremamente pernicioso. O facto de não ter necessidade de procurar públicos para assegurar financiamentos leva a que não haja inovação. Este clima de extremo protecção, que não deixa de ter as suas vantagens sob outros pontos de vista, leva à anulação do efeito estimulante que a procura por parte do corpo discente exerceu em outras sociedades, como a Norte-Americana, em que os estudos sobre as mulheres registam, desde há décadas, um acentuado e contínuo crescimento.

Por tudo isto, tem-se revelado difícil instituir cursos ao nível da licenciatura, mas a lei da autonomia universitária, que apenas conta com meia dúzia de anos de aplicação, tem vindo a criar condições para o surgimento de várias iniciativas no âmbito dos estudos sobre as mulheres ao nível dos mestrados e doutoramentos. Esperemos que este caminho se aprofunde e alargue. Será absurdo esperar uma massificação dos estudos sobre as mulheres, mas esperamos que a sua divulgação, que conta a partir de hoje com um novo veículo, seja cada vez maior.

As razões para que o crescimento se tenha verificado sobretudo ao nível da investigação não são apenas de ordem burocrática e institucional e prendem-se também com o carácter igualmente tardio da institucionalização das ciências sociais em Portugal. Outra razão ponderosa decorre da hesitação em torno da estratégia mais adequada, especialmente ao nível do ensino, mas também da filiação institucional. O dilema consiste em optar pela integração ou pela autonomia dos estudos sobre as mulheres. Os argumentos a favor da integração encontram um renovado reforço na presente orientação política para a inclusão da

perspectiva da igualdade de oportunidades entre mulheres e homens em todas as vertentes da acção social. Uma estratégia de integração ao nível do ensino e da investigação não é, no entanto, de modo nenhum incompatível com uma estratégia de autonomia ao nível da difusão. Advogando a integração, que além do mais nunca é em si uma estratégia exclusivista, já que não exclui a estratégia autonómica, a APEM, nomeadamente através da **ex æquo**, pode ser, no entanto, o nosso ponto de ancoragem para uma visibilização necessária ao reconhecimento dos conhecimentos produzidos. Uma revista dedicada aos estudos sobre as mulheres permite-nos, pelo menos em parte, tirar partido das vantagens associadas a uma estratégia de autonomia: conferir visibilidade a problemáticas específicas; legitimar as pressões sobre a integração destas temáticas nas várias disciplinas; possibilitar o envolvimento com a comunidade enquanto unidade autónoma; estimular a prática de métodos pedagógicos alternativos.

O público interesse manifestado hoje em dia pelas temáticas abertas pelos estudos sobre as mulheres por homens intelectuais e cientistas como um Pierre Bourdieu em França, por exemplo, é um sintoma claro de que os estudos sobre as mulheres começam a gozar de um estatuto de trabalho intelectual sério e rigoroso. É um sinal de mudança que é bem vindo. Devemos, no entanto, tentar evitar que se repita o que em tantos outros momentos da história das ciências se tem verificado: que as observações só sejam aceites quando são feitas por homens, como se só eles pudessem ser criadores e autores de verdadeiras "descobertas". Relembramos o que aconteceu no campo das ciências da computação: uma série de mulheres notáveis que criaram os primeiros instrumentos e as linguagens máquina (como Ada Byron Lovelace no século passado e Grace Murray Hopper já na segunda metade deste século), são completamente ignoradas, mas, pior do que isso, é que mesmo quando lembradas na história oficial da disciplina, o seu contributo não impede que os homens se tenham apropriado desse terreno e o tenham até definido como eminentemente masculino. O processo de institucionalização, com o seu cortejo de posições de poder, anda geralmente associado ao processo de masculinização, seja qual fôr o domínio científico ou mesmo a esfera da vida social considerados. No nosso país, não podemos deixar de reparar que, quando o governo resolve encomendar estudos sobre a situação das mulheres em Portugal, os escolhidos são sempre "eminentes" professores que nunca até então se tinham interessado por tais questões. Mas uma vez que elas passam a atrair fundos, eles estão prontos a reorientar as suas preocupações e os seus interesses. É também contra esse processo de cooptação, apagamento e invisibilização dos estudos sobre as mulheres que a **ex æquo** surge, para que se facilite o acesso aos contributos que têm vindo a ser produzidos ao longo das últimas décadas, entre nós. Fundamentalmente, para que se possa criar um fórum em que se faça alguma acumulação, em que cada trabalho não esteja sempre a partir do zero, em diálogo apenas consigo próprio ou com o que se fez lá fora. É por isso que na **ex æquo** privilegiaremos as contribuições que dialoguem com o trabalho já desenvolvido nos estudos sobre as mulheres em Portugal, para que também assim visibilizemos o trabalho que nos antecedeu.

Formatação do projecto

A ausência de institucionalização dos estudos sobre as mulheres tem também consequências ao nível da prossecução de projectos colectivos. Verificamos, assim, uma pulverização de pequenos núcleos não organizados, encastrados em instituições que muitas vezes os encaram como mal menor, como álibis, em nome de uma (pretensa) imagem de progresso e de "correção política", assumida só à superfície. Pequenos grupos desprovidos de meios financeiros próprios, sem estruturas permanentes e fortemente dependentes das personalidades que os lideram em cada conjuntura. Esta situação impõe-nos uma organização de trabalho com algumas particularidades empurrando-nos, de algum modo, para a escrupulosa observância do nosso comprometimento com a multidisciplinaridade. Com efeito, dadas as limitações com que nos debatemos (logísticas, organizacionais e de recursos), pensamos que este projecto só é viável se o trabalho de edição for rotativamente assumido, por um ano, pelos diversos grupos de pessoas inseridos nas várias estruturas de ensino e de investigação. Por isso mesmo, os textos publicados não traduzem necessariamente os pontos de vista da APEM.

Neste contexto, e dado que a estrutura matricial da revista é a APEM, considerámos fundamental definir um conjunto de princípios que assegurarão a sua forma essencial.

- 1 Sendo a linguagem um meio de representação do saber, ela não é no entanto um veículo transparente e neutro de representações e categorias, estando marcada, como construção cultural, pela história e pelas estruturas do poder. A linguagem tem um papel fundamental na transmissão e configuração de valores, bem como na construção social das identidades. Tendo em mente os objectivos do nosso projecto editorial, pretendemos contribuir para a reflexão sobre, e para, a modificação de conceptualizações, imagens e estereótipos que perpetuam a discriminação e a menoridade das mulheres e de outros grupos na nossa sociedade. Por isso, as contribuições para a revista devem contrariar as práticas linguísticas que invisibilizam, derogam ou estereotipificam esses grupos. Parece-nos imperativo acabar, por exemplo, com o uso universalizante da forma gramatical masculina, que Isabel Barreno chamou de "falso neutro", que, para além de veicular uma noção de hierarquia entre os dois sexos, pode simultaneamente gerar um discurso confuso e impreciso, sem que se saiba exactamente a que grupos nos referimos. A **ex æquo** adoptará uma linguagem positiva e inclusiva, não sexista e não discriminatória, em consonância, aliás, com a recomendação (n.º R. 90 de 21 de Fevereiro de 1990 do Comité de Ministros) do Conselho da Europa, na qual se exortam os governos dos Estados-membros a promover "uma linguagem que reflecta o princípio da igualdade entre as mulheres e os homens".
- 2 Em termos temáticos daremos acolhimento às contribuições que reflectam projectos sociais emancipatórios, na sua caleidoscópica complexidade e na sua relevância temática. Muito embora não restrinjamos a publicação à nossa definição, de resto em constante construção, do que é feminista, já que

procuramos dar conta da pluralidade de perspectivas nos estudos sobre as mulheres, na **ex æquo** apenas terão lugar textos que, no respeito pelo princípio de defesa dos Direitos Humanos fundamentais, traduzam a valorização da diversidade da condição humana nas suas distintas expressões sexuais, culturais, étnicas, O mais importante parece-nos ser o compromisso com a mudança social e o contributo dado para o aprofundar do conhecimento sobre a nossa condição social e cultural.

- 3 Ninguém hoje em dia questiona a ideia de que o conhecimento da realidade depende dos métodos usados para o produzir e, portanto, que os chamados “dados da observação” são racionalizações justificativas de leituras particulares do mundo. O longo percurso dos estudos sobre as mulheres já se deteve em várias paragens, muito embora poucas delas se tenham tornado verdadeiros apeadeiros. Uma delas foi certamente a da corrente empiricista que se traduziu apenas no aumento de estudos de carácter empiricista sobre as mulheres, elaborados ou não por mulheres. Este tipo de estudos não chega a romper com o cânone da ciência convencional e limita-se a acrescentar a categoria sexo aos resultados da observação. O sistema de categorias teóricas e analíticas permanece inalterado. Não é este o tipo de estudos que a **ex æquo** pretende divulgar. O nosso objectivo projecta-se muito para além dos estudos feitos por mulheres sobre mulheres. Neste espaço editorial, terão lugar estudos que apliquem os princípios de uma epistemologia baseada na descontinuidade histórica, na unidade da interacção entre sujeito/objecto, do pluralismo metodológico e no carácter probabilístico do conhecimento e da realidade. É este em nosso entender o principal legado da contestação social e científica concretizada nas muitas lutas que desde a década de sessenta têm combatido a sociedade em que o referente é masculino. O reconhecimento do contributo dos estudos sobre as mulheres para uma epistemologia crítica não implica o postulado de uma epistemologia específica para os estudos sobre as mulheres. Adoptamos uma epistemologia que interroge permanentemente toda a produção discursiva, científica ou não, do ponto de vista das similitudes ou diferenças da expressão dos fenómenos e dos processos sociais e culturais sobre mulheres e homens.

É nossa ambição que o título **ex æquo** possa vir a ter uma vida por si próprio e funcione como um verdadeiro íman, atraindo contribuições de qualidade e constituindo-se numa referência incontornável na área temática dos estudos sobre as mulheres.